

O feliz desfecho das negociações da dívida

O resultado positivo das negociações entre o Brasil e o comitê assessor dos bancos credores, concluídas nesta quarta-feira em Nova York, representa, sem dúvida alguma, mais uma importante vitória pessoal do ministro Maílson da Nóbrega e da sua abordagem responsável do problema da dívida externa. Foram necessários longos meses de negociações, marcadas por momentos difíceis para ambas as partes, para desfazer a má impressão deixada pela moratória unilateral decretada pelos defensores do calote e do isolamento do País, até que se conseguisse chegar a um acordo que prevê o reescalonamento da dívida vencida e a vencer entre 1987 e 1993 por um período de 20 anos, com oito de carência. Segundo a nota, distribuída em Brasília e Nova York, esse reescalonamento do principal abrange 94% da dívida brasileira de médio e longo prazos, no valor de 63,6 bilhões de dólares. O protocolo assinado estabelece o montante de financiamento dos bancos para 1987, 1988 e o primeiro semestre de 1989, que será de 5,8 bilhões de dólares, dos quais 5,2 bilhões são recursos de longo prazo e 600 milhões de dólares se destinam ao reforço das linhas de crédito de curto prazo. Esses recursos novos serão amortizados em 12 anos, com cinco de carência (esse prazo, assim como o conseguido para o principal, é igual ao mais longo já obtido por um país devedor, como esclarece o comunicado dos bancos e do governo brasileiro).

Além dessas condições favoráveis, o Brasil conseguiu um spread ou taxa de risco de 0,8125%, também igual ao melhor já negociado por outros países devedores, que será cobrado sobre a Libor, a partir de janeiro de 1989, para toda a dívida a vencer do setor público. No entanto, a aplicação do novo spread permitirá uma economia de 300 milhões de dólares em 1988, além de outros 600 milhões de dólares que deixarão de ser pagos em virtude da reprogramação do pagamento de juros, que passará a ser feito semestralmente e não mais a cada trimestre. Ao todo, no período 1987-1993, a economia será de 2,5 bilhões de dólares. Ainda de acordo com o comunicado, durante o reescalonamento, isto é, entre 1987 e 2007, a economia será superior a 4 bilhões de dólares.

Um aspecto interessante do acordo é o fato de ele oferecer, como disse o presidente do comitê assessor, William Rhodes, um menu de opções aos bancos, que dele poderão participar mediante diferentes mecanismos (no que diz respeito ao fornecimento de recursos novos): empréstimos paralelos e co-financiamento com empréstimos do Banco Mundial, bônus e a nova linha comercial mencionada. Os credores também têm a opção de converter uma "parcela residual" dos novos recursos em investimento fora do sistema de leilão, durante três anos e após um período de carência de 12 meses, dentro do limite mensal de 50 milhões de dólares. Além disso, será possível o reempréstimo de recursos já comprometidos com o BC por parte dos bancos, sujeito a um teto mensal de 100 milhões de dólares.

Há ainda a opção dos "bônus de saída", até o montante de 15 milhões de dólares por banco, que pagarão juros de 6% ao ano e terão prazo de 25 anos. Esse item proporcionará aos pequenos bancos oportunidade de conversão de seus créditos com deságio de 30%. Ficou, também, assegurada a prorrogação das linhas de crédito comerciais e interbancárias, no valor de 15 bilhões de dólares, por dois anos e meio.

Como o próprio comunicado do governo brasileiro acentua, esse acordo "não representa, nem pretende ser, uma solução definitiva para o problema da dívida externa do País", porém significa uma redução do seu serviço, ao mesmo tempo em que abre portas para a entrada de novos recursos das instituições multilaterais de crédito, das instituições oficiais dos países do Clube de Paris (com as quais o Brasil voltará a negociar assim que for firmado o acordo com o FMI) e do Fundo Nakasone. Isso já representa muito, mas não é tudo; o mais importante é que ao restabelecer relações normais com a comunidade financeira internacional, o Brasil se torna, novamente, confiável aos olhos dos investidores privados. Ou seja, estamos deixando de nadar contra a corrente e de proceder como bárbaros, como queriam (e, infelizmente ainda querem) os dinossauros da política brasileira, por sinal os mesmos que estão fazendo da nova Constituição uma colcha de retalhos nacionalista, completamente divorciada da realidade nacional e internacional.

Ademais, todos os que acompanham o problema da dívida externa estão cansados de saber que está próxima uma solução "política", isto é, uma solução muito diferente da que o Brasil acaba de negociar. Esta é a mensagem que vem, por exemplo, de Toronto, onde estiveram reunidos no início desta semana os líderes dos sete países mais industrializados do mundo. Apesar do apoio dado à abordagem caso a caso do Plano Baker, houve nítidos sinais de que estes países estão mais receptivos a uma mudança no tratamento do problema da dívida, como declarou em Washington o diretor da Comissão Econômica para a América Latina, Isaac Cohen. A mesma impressão existe entre os dirigentes do Banco Mundial e do FMI, que estão satisfeitos com esse novo clima.

Naturalmente, nada de concreto deverá acontecer nos próximos meses, uma vez que o governo Reagan está terminando, mas dificilmente esse assunto poderá ser ignorado pela futura administração norte-americana, tendo em vista que o problema da dívida "ameaça interesses políticos e econômicos vitais para o Ocidente". Este diagnóstico entre aspas é do ex-presidente do Federal Reserve Bank, Paul Volcker, do ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, e de um grupo de influentes financistas mundiais.

Esses especialistas partem da constatação de que o potencial de crescimento do Terceiro Mundo não foi restaurado. A maioria dos países endividados deve substancialmente mais do que no começo da crise e o pagamento de juros continua a consumir parcela crescente dos recursos disponíveis. Isso resulta num lento crescimento do mundo em desenvolvimento que, dizem eles, cedo ou tarde terá um custo inaceitável política e economicamente. É claro que esse diagnóstico reflete o ponto de vista de um grupo de personalidades sem poder de decisão, porém não temos dúvida de que uma solução política está cada vez mais próxima.

A percepção da necessidade de uma mudança de enfoque para o problema da dívida é cada vez maior, inclusive entre os banqueiros. Um deles declarou à Gazeta Mercantil, em Washington, depois de elogiar o acordo com o Brasil, que este "deve ser o último pacote feito em termos convencionais, nas linhas propostas pelo Plano Baker. A proposta apresentada pelos japoneses em Toronto, no início desta semana, é um reconhecimento tácito de que esse tipo de abordagem chegou à exaustão".

Diante dessa auspiciosa evolução do problema da dívida, só quem estiver de má-fé poderá criticar a "reconciliação" do Brasil com os bancos credores, a volta ao diálogo construtivo. Esse é o único caminho que nos levará a sair dessa crise fabricada nos laboratórios dos economistas do PMDB.